



XXXIII SIC SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Evento	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	A estruturação política do Império na primeira metade do século XIX (1820-1850)
Autor	RAFAEL SOARES DOS SANTOS SILVA
Orientador	REGINA CELIA LIMA XAVIER

A estruturação política do Império na primeira metade do século XIX (1820-1850)

Autor: Rafael Soares dos Santos Silva
Orientadora: Regina Célia Lima Xavier
UFRGS

Este projeto tem como objetivo estudar o período de construção política do Império. A Constituição de 1824, a única do Império do Brasil (1822-1889), determinou as bases sobre as quais erigiram-se as instituições imperiais. Entre as disposições constitucionais está o Poder Moderador, tema que pode estudar durante o projeto organizado pela professora Regina Célia Lima Xavier. O nascimento do regime constitucional coloca na ordem do dia a necessidade de se pensar a relação entre poderes numa monarquia constitucional *sui generis* por incluir em seu ordenamento jurídico um quarto poder, influenciado pela doutrina liberal de Benjamin Constant. Neste projeto com duração de um ano, empreendemos na primeira fase um levantamento historiográfico desde obras clássicas até aquelas mais recentes, organizamos um banco de dados e elegemos a bibliografia mais relevante para leitura, fichamento e debate entre aluno e orientadora. Na segunda fase, ainda por vir, se fará a leitura pontual de Atas do Senado e do Conselho de Estado para se construir um diálogo com a análise da historiografia. Nossos objetivos são o estudo do contexto da independência e da Constituição de 1824, da construção do aparato burocrático administrativo, da reforma do Ato Adicional de 1834 e das principais pautas do período. Minha participação no projeto possibilitou o aprofundamento do estudo sobre a dinâmica política imperial. Neste esforço, exploramos textos dos historiadores José Murilo de Carvalho e Jeffrey Needell, que apontam para uma política emancipacionista da Coroa durante o Segundo Reinado, em boa parte levada a cabo pelo Poder Moderador. Seguindo este fio, surgiram novas questões sobre a relação entre os quatro poderes constitucionais e o Conselho de Estado e quanto à capacidade que o monarca teria de determinar uma agenda para o Parlamento e os ministérios, cujos funcionamentos também estão sob nosso exame para que possamos atingir resultados mais conclusivos.